

## A contribuição da análise interseccional e espacial da desigualdade de gênero no município de São Paulo

Contribution of spatial and interseccional analysis of gender inequalities in the city of Sao Paulo

La contribución del análisis interseccional y espacial de las desigualdades de género en la ciudad de São Paulo

*Luciana Fukimoto Itikawa, pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos Avançados da USP, pós-doutora pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Membro do Conselho Diretor da Women in Informal Employment Globalizing and Organizing.*

E-mail: [luciana.itikawa@gmail.com](mailto:luciana.itikawa@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-9957-7138>

**Para citar este artigo:** ITIKAWA, L. F. A contribuição da análise interseccional e espacial da desigualdade de gênero no município de São Paulo. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 94-113, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p94-113.

**Submissão:** 2020-09-03

**Aceite:** 2021-02-08

### Resumo

No Brasil, os indicadores de desigualdade de gênero frequentemente apontam condições desfavoráveis às mulheres no que diz respeito aos rendimentos, tempo no trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho produtivo etc. No exame dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, incluindo o ODS5,

cruzamentos de classe e raça são pouco explorados. Quando esses indicadores são confrontados e espacializados com outros, tais como trabalho (formal e informal); infraestrutura urbana (tempo de deslocamento, condições habitacionais etc.); violências (racismo, feminicídio e demais violências contra a mulher); bem como indicadores da Covid-19, é possível avaliar que a variável localização é determinante na identificação de como e onde estão as mulheres mais afetadas pelas desigualdades de gênero. Os mapas podem contribuir na revisão da literatura sobre interseccionalidade na medida em que identificam que as desigualdades de gênero são mais ou menos intensas e concentradas no território quando sobrepomos as demais vulnerabilidades sociais. O objetivo é que essa abordagem conjugada possa dar subsídio para políticas públicas mais inclusivas e precisas espacialmente. Foram utilizadas as últimas bases de dados espacializáveis municipal, estadual e federal.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Gênero; Geoprocessamento; Segregação; Desigualdade.

### Abstract

In Brazil, indicators of gender inequality are often shown to be unfavorable to women with regard to income, time in reproductive work, sexual division of productive labor etc. In examining the 17 UN Sustainable Development Goals (SDGs), including SDG 5, class and race are little explored. When these indicators are compared and spacialized with others, such as labor (formal and informal); urban infrastructure (travel time, housing conditions etc.); violence (racism, femicide and other violence against women); as well as even COVID-19 indicators, it is possible to assess that location variable is crucial in identifying how and where the women are most affected by gender inequalities. Spatial analysis can contribute to the approach of the literature on intersectionality as it identifies that gender inequalities are more or less intense and concentrated throughout the territory when we overlap other social vulnerabilities. The goal of this approach is to provide support for more inclusive and spatially accurate public policies. The latest municipal, state and federal spatializable databases were used.

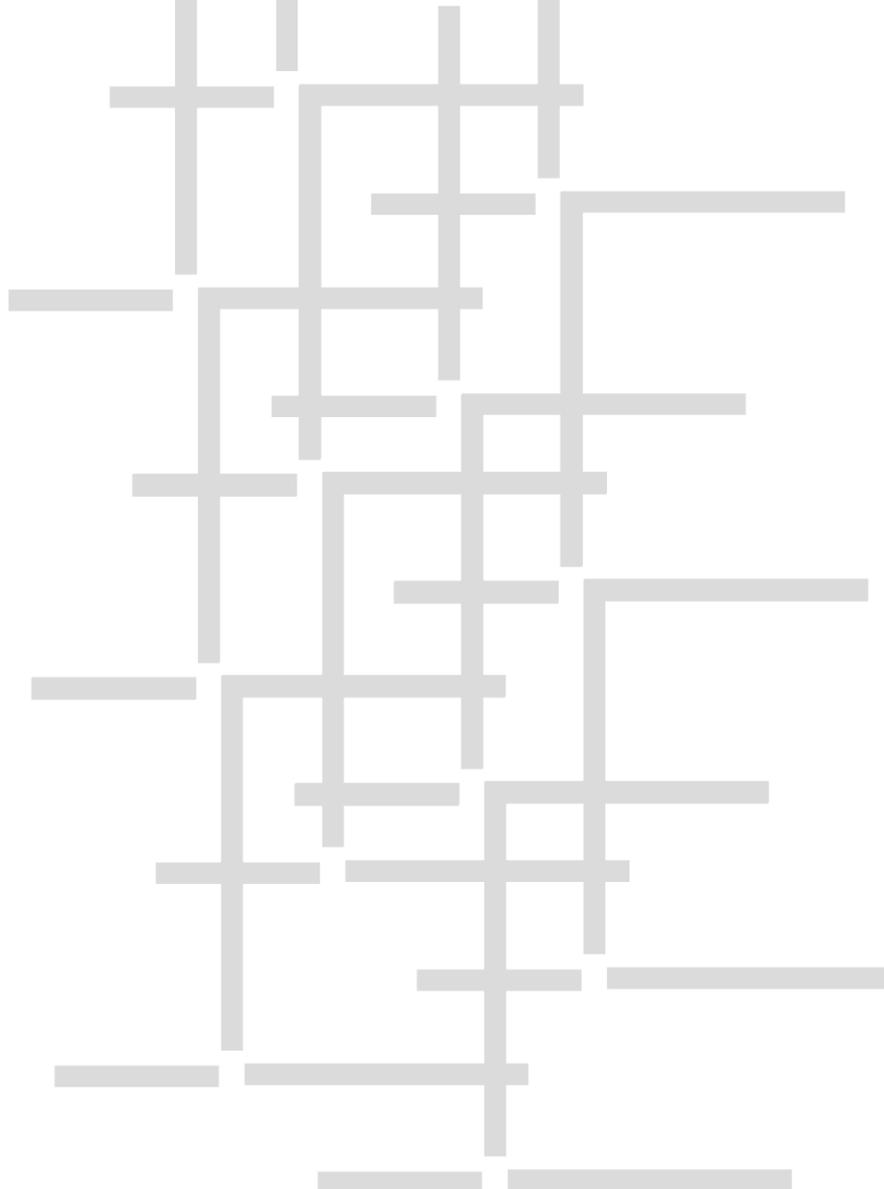
**Keywords:** Interseccionalidade; Gênero; Geoespacial data processing; Segregation; Inequality.

### Resumen

En Brasil, los indicadores de desigualdad de género a menudo se presentan como desfavorables para las mujeres en términos de ingresos, tiempo en el trabajo reproductivo, división sexual del productivo, etc. Al examinar los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU, incluso el ODS 5, clases y razas son poco exploradas. Cuando se comparan e espacializan estos indicadores, con otros como trabajo (formal y informal), infraestructura (tiempo de viaje, vivienda, etc.), violencia (racismo y otras violencias contra las mujeres), así como los casos y muertes por Covid-19, es posible evaluar que la variable ubicación es crucial en la identificación de cómo

y dónde están las mujeres más afectadas por las desigualdades de género. El análisis espacial puede contribuir al abordaje de la interseccionalidad en la medida en que identifica que las desigualdades de género son más o menos intensas y concentradas en el territorio cuando superpuestas a las demás vulnerabilidades sociales. El objetivo de este enfoque metodológico puede contribuir para políticas públicas más inclusivas y espacialmente precisas. Se utilizaron las últimas bases de datos espacializables municipal, estatales y federales de Sao Paulo.

**Palabras clave:** Interseccionalidades; Género; Geoprocessamento; Segregación; Desigualdad.



## INTRODUÇÃO

**D**os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU, aquele que menciona igualdade de gênero, o ODS 5, é genérico quanto aos diferentes impactos quando cruzamos classe, raça e as demais opressões quanto à orientação sexual, à religião etc. Tal sobreposição desses e outros fatores é sentida como acúmulo e não somente como elementos de diferenciação separadamente. A seguir, apresentamos brevemente o debate sobre interseccionalidade dos estudos feministas e como isso pode ser demonstrado espacialmente.

No Brasil e no mundo, os indicadores de desigualdade de gênero são apresentados frequentemente desfavoráveis às mulheres no que diz respeito aos rendimentos, acesso aos recursos e oportunidades, entre outros. Entretanto, essas desigualdades se expressam diferentemente no território.

Quando esses indicadores são confrontados com outros, como trabalho (formal e informal), infraestrutura urbana (tempo de deslocamento, condições habitacionais etc.), violências (racismo e violências contra a mulher) e até os de casos e óbitos por Covid-19, é possível avaliar que a variável localização é determinante para a identificação de como e onde estão as mulheres mais afetadas pelas desigualdades de gênero.

O objetivo da espacialização das desigualdades de gênero, além de servir como referência para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, é ser uma ferramenta de consulta, reivindicação e *advocacy* de movimentos organizados de mulheres e de direitos humanos. Uma vez que não se trata de uma matéria pertinente somente ao Poder Público, o acesso democrático aos dados também pode impulsionar a chamada à responsabilidade de instituições privadas no compromisso com a equidade de gênero.

Para trazer à tona as subordinações, opressões e explorações das mulheres no espaço, foi necessária a revisão da literatura e o mapeamento de alguns indicadores de gênero. O primeiro conjunto de indicadores são os que mostram a desigualdade de gênero no trabalho reprodutivo doméstico. Os demais nove indicadores são: socioeconômicos, raciais, urbanos, de trabalho, violência e saúde, que estão espacializados em mapas a partir dos últimos anos das últimas bases de dados territorializáveis. Para esta pesquisa, foram utilizados no Município de São Paulo as bases municipal, estadual e federal anuais e decenais.

Em uma avaliação preliminar dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as mulheres por meio da espacialização dos dados mais recentes e dos indicadores em números relativos, observa-se que, não por acaso, mulheres que vivem em domicílios com mais de seis moradores são as mais afetadas e estão nos distritos com assentamentos precários. Por esse motivo, não são as mulheres de todos os territórios que vivenciam da mesma forma as crises política e econômica, que já vinham se intensificando antes da pandemia.

A análise espacial pode contribuir na abordagem da literatura sobre interseccionalidade na medida em que identifica que as desigualdades de gênero são mais ou menos intensas e concentradas no território quando sobrepomos às demais vulnerabilidades sociais.

### **A contribuição da análise espacial sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) foram criados pelos países no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, para adotarem a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável. Os objetivos dos 17 ODSs são: acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. A compreensão de que os impactos ambientais não podem estar desassociados dos indicadores de pobreza e desigualdade é um grande avanço na articulação e ação globais para enfrentá-los simultaneamente.

Os objetivos do ODS 5, por sua vez, são alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas a partir de nove tópicos: 1) discriminação; 2) violências contra a mulher; 3) práticas nocivas contra a mulher; 4) trabalho de assistência e doméstico não remunerados; 5) participação plena, efetiva e liderança na vida política, econômica e pública; 6) acesso universal à saúde sexual e reprodutiva; 7) equidade no acesso aos recursos econômicos, naturais, políticos e à terra; 8) acesso às tecnologias de informação e comunicação; 9) políticas públicas para empoderamento de mulheres em todos os níveis.

A Agenda 2030, e particularmente o ODS5, ao colocar a questão da desigualdade de gênero como elemento importante a ser enfrentado na concertação global e local de governos, mercados e comunidades, entretanto, recebeu críticas por algumas feministas do Sul Global por, pelo menos, duas razões: 1) por não verem desafiadas nessas agendas as relações de poder em nível local e global; 2) por terem falhado desde sua implementação ao ancorarem-se no feminismo liberal, que coloca a equidade de gênero no âmbito do crescimento econômico (ESQUIVEL, 2016; STRUCKMANN, 2017).

Segundo esses questionamentos, seria necessário reconhecer que a desigualdade de gênero está lastreada nas dimensões do patriarcalismo, racismo e neoliberalismo. Tal agenda de equidade de gênero não seria alcançada enquanto cultural e economicamente essas relações de poder se mantiverem intactas. Seria necessário evidenciar que nos fatores para a discriminação, além de gênero, também estão raça, etnia, classe, nacionalidade, orientação sexual, religião etc. É como se as políticas públicas e corporativas não endereçassem os vários vetores das relações de subordinação, opressão e exploração. A revisão da literatura sobre esse debate está a seguir.

A variável localização seria, portanto, um recurso para evidenciar que as desigualdades territoriais não se fundamentam apenas, segundo o ODS 5, na discriminação, subordinação e exclusão por gênero de forma geral sobre todas as

mulheres e uniforme no território. Por exemplo, se esta mulher for negra em trabalhos informais precários, ou sofre violência doméstica e respectivo abalo psicológico, ela teria, portanto, condições diferentes para “fortalecer-se”.

A literatura sobre segregação socioespacial, em especial no município de São Paulo, tem evoluído muito na superação da lógica dualista e binária entre centro e periferia; ou gradativa, marcada pelos modelos dos anéis consecutivos até o final da década de 1990 (CAMARGO *et al.*, 1976; PASTERNAK, 2002). Tal literatura seria depois revisada não somente porque percebeu descontinuidades nessas oposições e gradações, quanto pelo fato de que a desigualdade poderia acontecer na escala intraurbana, com a leitura pormenorizada dos setores censitários e pela existência de outros centros de inclusão no meio leste de São Paulo (BÓGUS; PASTERNAK, 2015; MARQUES, 2014). O estado da arte na segunda década do século XXI mostra novos padrões urbano-demográficos, a partir da junção de indicadores ambientais, sanitários, criminais, habitacionais e de mobilidade que se manifestam em espalhamentos, congelamentos e adensamentos diferentes entre os setores censitários (NERY; SOUZA; ADORNO, 2019). Na análise feita neste artigo, a partir dos resultados dos mapas a seguir, veremos como essas interpretações mais recentes ajudam na compreensão sobre as interseccionalidades. Por essa razão, os mapas reúnem indicadores que, se analisados conjuntamente, mostram que mulheres em determinados territórios no município de São Paulo sofrem sobreposição e acúmulo de vulnerabilidades, precariedades e violências. Assim, tais mulheres teriam desiguais condições para galgar cargos de liderança, serem respeitadas nas suas identidades ou terem acesso equânime aos recursos.

### **O debate sobre interseccionalidade e as desigualdades territoriais de gênero**

O debate sobre interseccionalidade, ou seja, a compreensão de que a desigualdade e discriminação por gênero teriam que incluir as demais opressões, não por acaso, foi provocado sobretudo pelas feministas negras dos continentes americano e africano (DAVIS, 2016; ADICHIE, 2017). As variáveis raça e classe seriam determinantes porque as nuances de opressão, a lógica punitivista, o controle dos corpos, a divisão racial do trabalho e a desumanização da mulher seriam desproporcionalmente mais intensos sobre negras e negros.

O feminismo negro, portanto, reivindica que a luta feminista não seja somente para promoção da equidade de gênero, como também quer direcionar todas as formas de controle hegemônico que regulam estereótipos, conformidades e legitimações. Essa interpretação pretende romper não só com os padrões de feminilidade, correção e aceitação de mulheres, como também com as hierarquias, tutelas e subordinações de classe e raça. Conceitos como imagens de controle definido por Collins (2019) e desvalorização continuada de Hooks (2014) apontariam que são as mulheres negras as maiores vítimas da construção de narrativas persistentes de naturalização das conformidades e legimidades sobre o que é belo, permitido e aceitável. O debate da interseccionalidade de gênero, raça e classe evidenciou que a equidade não chegou às negras, malgrado os avanços e conquistas das mulheres nos séculos XX e XXI.

Da literatura internacional, o feminismo marxista, que absorveu parte também do feminismo negro, tem colocado no centro, além do problema secular da diferença de rendimentos entre homens e mulheres, a persistência da divisão sexual do trabalho produtivo e a permanência da construção social da afetividade no trabalho feminino. O neoliberalismo sustentaria não só a precarização e exploração capitalista da mais-valia sobre os trabalhadores, como também os padrões patriarcais mascarariam que a reprodução da força de trabalho estaria apoiada sobre o trabalho reprodutivo feminino não remunerado, sem o qual o produtivo não existiria (FEDERICI, 2019; OXFAM, 2019).

A contribuição fundamental da literatura brasileira sobre as desigualdades de gênero tem como importante marco referencial Jesus (1958) e sua clareza sobre as hierarquias de raça com efeitos sobre educação, segurança na posse, qualidade da habitação e do trabalho etc. Ainda no final da ditadura, Saffioti (1981) trouxe aporte nas abordagens de classe e sobre o patriarcado, documentando as violências contra a mulher, bem como Gonzalez (1982) demonstrou que o negro, e especificamente a mulher negra, não se beneficiaram do crescimento econômico na década de 1970 e continuaram em trabalhos mais precarizados.

Recentemente, teríamos uma nova geração do feminismo negro que denuncia a ausência da raça na literatura e no debate feminista brasileiro. Pior: seria alvo ainda do menosprezo do feminismo branco ao reduzir a questão da raça como uma questão identitária, sem considerar o racismo estrutural. O feminismo branco, para as autoras negras, ao desconhecer as realidades vividas, excluir referências da literatura negra e menosprezar negras e negros nos processos participativos, manteria compulsoriamente à margem essa população da construção do conhecimento e até dos projetos urbanos (FRANCO; FRANCISCO; TAVARES, 2019; RIBEIRO, 2017).

## Metodologia

Este artigo optou pela combinação entre revisão da literatura e estudo de caso do município de São Paulo. A revisão teórica da literatura sobre interseccionalidade e segregação socioespacial abrangeu especificamente o período de 52 anos. O primeiro conjunto de dados de desigualdade de gênero é sobre diferença de tempo na divisão sexual do trabalho reprodutivo, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (Pnad) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os demais nove conjuntos selecionados estão expostos nos mapas a seguir: indicadores socioeconômicos, raciais, urbanos, trabalho formal e informal, violência contra a mulher, racismo/injúria racial, saúde (casos e óbitos por Covid-19). O método para espacialização dos dados abertos públicos é a junção tabular de textos delimitados com edição das camadas vetoriais em *software* aberto QGIS. Em todos os indicadores selecionados foram utilizadas as últimas fontes de dados abertos nacionais que são espacializáveis, a seguir:

- 1) Para os dados socioeconômicos, urbanos e raciais foi utilizado o Censo Universo decenal de 2010 do IBGE. Como é a última base de dados com melhor nível de detalhamento intraurbano, por utilizar os setores censitários,

com menor perímetro de dados agregados, possibilita um grau de precisão melhor para avaliar as desigualdades territoriais.

- 2) O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) é extraído a partir dos dados dos censos decenais do IBGE, a partir da reunião de uma cesta de indicadores pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).
- 3) Os assentamentos precários – loteamentos precários, favelas e cortiços, são transcritos a partir dos perímetros cadastrados pela Secretaria de Habitação (Sehab) em 2015. Alguns dos equipamentos de violência contra a mulher também foram extraídos do Portal Geosampa da Prefeitura de São Paulo. Os demais equipamentos do Governo do Estado foram geocodificados no Google Maps.
- 4) Os microdados do trabalho formal foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) Estabelecimentos e Vínculos do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 2017. Para o trabalho informal de mulheres foram extraídos os microdados da última Pesquisa Origem e Destino do Metrô de São Paulo (OD/Metrô). Ambos são de 2017 para comparação dos dois indicadores para o mesmo ano.
- 5) As violências de racismo/ injúria racial e os cinco tipos de violência contra a mulher, definidos pela Lei Maria da Penha (física, moral, psicológica, sexual e patrimonial), são provenientes dos registros de violência nas delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) em 2019 e 2020 (janeiro a abril).
- 6) Os dados de saúde de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e óbitos por Covid-19 foram extraídos da base de dados, até junho de 2020, da Coordenação de Epidemiologia e Informação (CEInfo) da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-PMSP).

## Análise dos Resultados

**Figura 1: Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo, ano e situação da ocupação**

sexo	2016	2017	2018	2019
Total	16,7	16,5	16,8	16,8
Homens	11,0	10,8	10,9	11,0
Mulheres	20,9	20,9	21,3	21,4

sexo	situação ocupação	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total		16,8	16,3	17,1	17,3	16,2	14,8
Homens	total	11	11,2	10,5	11,3	11,4	9,7
Mulheres	total	21,4	20,6	21,8	22,1	20,2	19
Homens	ocupados	10,4	10,8	10	10,7	10,7	9,3
Mulheres	ocupadas	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Homens	não ocupados	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulheres	não ocupadas	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Figura 1: A tabela acima mostra a divisão sexual no trabalho reprodutivo doméstico. Os dados evidenciam que a mulher gasta o dobro do tempo em relação aos homens, mesmo entre os não ocupados, em toda a série histórica. Em relação às regiões do Brasil, o Sudeste se destaca com o maior índice.

Em relação aos mapas da Figura 2, foram selecionados apenas dois indicadores socioeconômicos: renda domiciliar mensal em domicílios particulares do Censo Universo 2010 IBGE e o IPVS 2010 Seade. O IPVS mede a vulnerabilidade social a partir dos seguintes indicadores: a) socioeconômica: renda domiciliar *per capita*, rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio, porcentagem de domicílios com renda domiciliar *per capita* até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (SM) e até  $\frac{1}{4}$  SM, % de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas; b) demográfica: % de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos; % de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos; idade média das pessoas responsáveis, % de crianças de 0 a 5 anos de idade. A gradação da vulnerabilidade social é dividida em seis grupos: 1) baixíssima; 2) muito baixa; 3) baixa; 4) média; 5) alta; 6) muito alta.

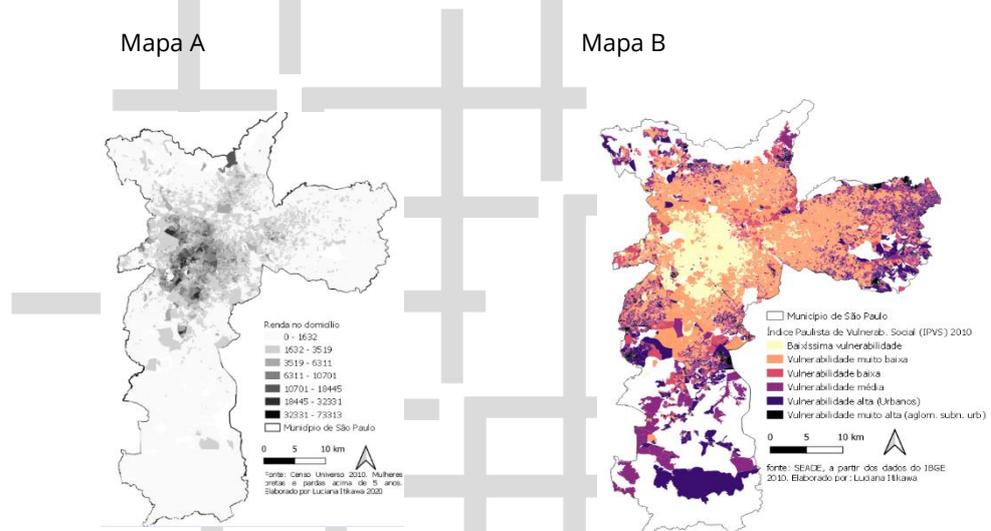
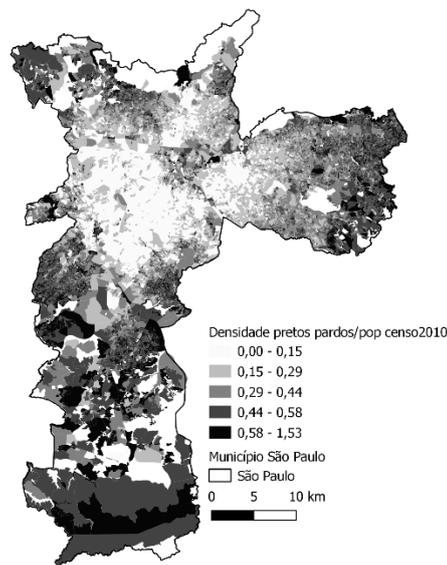


Figura 2: Indicadores socioeconômicos. Mapa A: Rendimentos nominais mensais domiciliares por setores censitários. Fonte: Censo Universo 2010, IBGE. Mapa B: IPVS 2010. Fonte: Seade (2010).

O Mapa A demonstra que as maiores rendas não estão somente concentradas no quadrante sudoeste, como também em alguns perímetros do extremo nordeste e sul, revelando as discontinuidades citadas anteriormente. O Mapa B com o IPVS, além de integrar os dados de gênero como marcadores de vulnerabilidade social, mostra que alguns dos perímetros de alta renda na periferia assinalados anteriormente são vizinhos daqueles com os índices de vulnerabilidade alta ou muito alta. Chama a atenção o fato de que porções da área central tenham pessoas de baixa renda e vulnerabilidade alta. Esses últimos coincidirão com a localização de pretas e pardas, de assentamentos precários e casos de violência contra a mulher, racismo e Covid-19 nos próximos mapas.

O conjunto de indicadores da Figura 3 mostra a localização de domicílios de pretos e pardos, a partir do recorte do total da população preta e parda dividido pela população total em cada setor censitário, ou seja, densidade populacional de pretos e pardos.

Mapa C



Mapa D

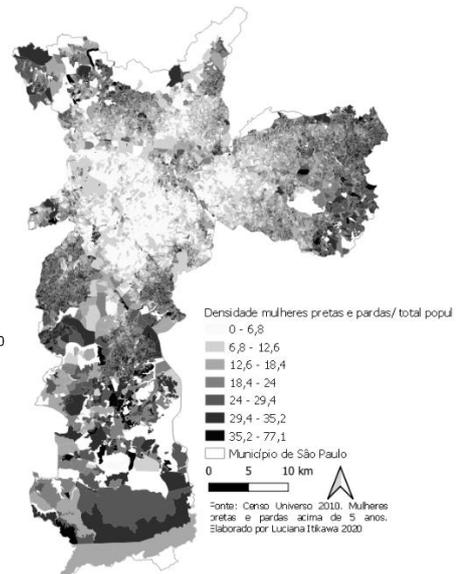


Figura 3: Mapas com indicadores raciais. Mapa C: Densidade de homens e mulheres pretos e pardos. Mapa D: Densidade de mulheres pretas e pardas. Fonte: Censo Universo 2010, IBGE.

Quando reunimos toda a população preta e parda (Mapa C), ou somente as mulheres pretas e pardas (Mapa D), vemos que não há diferenciação entre homens e mulheres quanto à concentração nas periferias e em algumas porções da área central, demonstrando uma fortíssima segregação socioespacial por raça. Entretanto, a localização periférica e central dos negros não é regra quando fazemos o recorte trabalho formal e escolaridade, conforme veremos a seguir.

A Figura 4 apresenta três mapas com indicadores urbanos: o Mapa E, as localizações de domicílios em assentamentos precários: loteamentos irregulares, favelas e cortiços do Geosampa 2015. O Mapa F, os domicílios com mais de seis moradores chefiados por mulheres, por setores censitários do IBGE 2010. O Mapa G, tempo de deslocamento entre casa e trabalho de mulheres por conta própria, uma das categorias de maior participação no trabalho informal do IBGE.

Mapa E

Mapa F

Mapa G

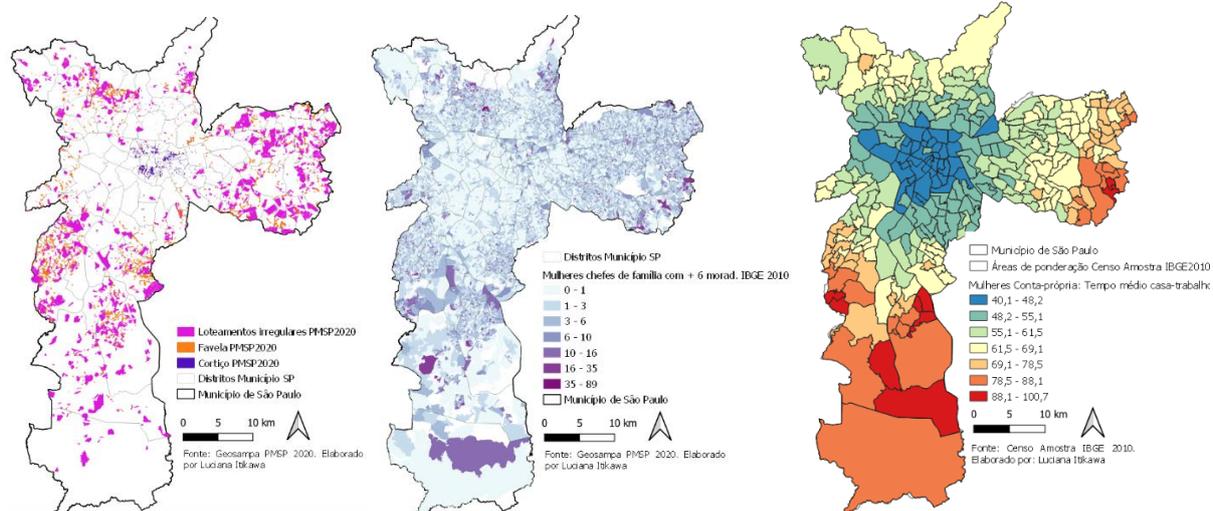
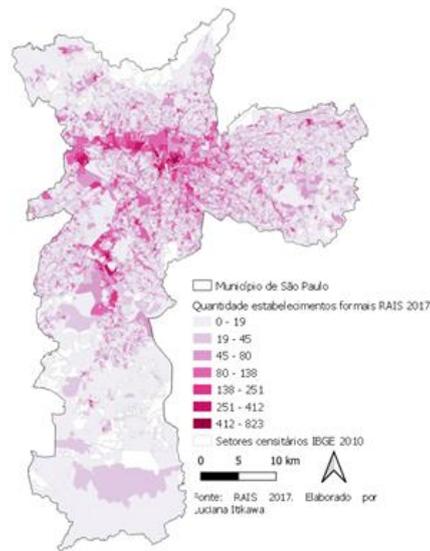


Figura 4: Mapas com indicadores urbanos. Mapa E: Localização de assentamentos precários: loteamentos irregulares (rosa), cortiços (azul) e favelas (laranja). Fonte: Geosampa (2015); Mapa F: Mulheres chefes de família em domicílios com mais de seis moradores (por setores censitários). Fonte: IBGE (2010); Mapa G: Tempo de deslocamento (em minutos) de mulheres trabalhadoras por conta própria (em áreas de ponderação). Fonte: IBGE (2010).

Os mapas com indicadores urbanos, assentamentos precários, adensamento habitacional com chefia de família feminina e tempo de deslocamento de trabalhadoras por conta própria demonstram que as mulheres que vivem nas porções centrais, em condições habitacionais precárias (tipo e adensamento populacional), mesmo sendo trabalhadoras por conta própria, ainda assim diferem das mulheres com as mesmas características na periferia, em termos do tempo que gastam de deslocamento entre casa e trabalho. Nesse caso, a localização aqui é determinante quando se trata do tempo que sobra para estas últimas no trabalho reprodutivo doméstico.

A Figura 5 mostra o Mapa H, com a localização dos estabelecimentos formais e o Mapa I, com a localização dos empregos formais, ambos espacializados por setores censitários, a partir das informações da Rais de 2017 para efeito de comparação com o trabalho informal a seguir.

Mapa H



Mapa I

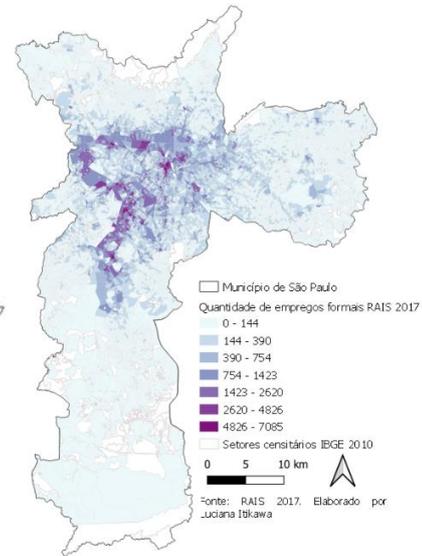
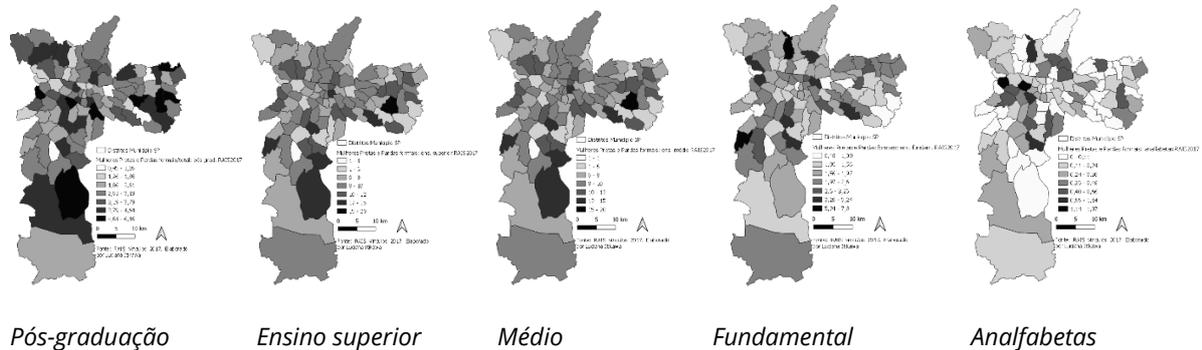


Figura 5: Mapas com indicadores de trabalho formal. Mapa H: Localização dos estabelecimentos de trabalho formal por setores censitários. Mapa I: Localização dos empregos formais por setores censitários. Fonte: Rais 2017 (MTE).

Os Mapas H e I, apesar da sutil diferença em intensidade na concentração do número de estabelecimentos formais, no primeiro, e no número de vínculos de empregos formais, no segundo, *grosso modo*, mostram a importante participação nas porções dos territórios no centro expandido, vetor sudeste, leste e ao longo das marginais Tietê e Pinheiros. A sutil diferença entre as localizações de estabelecimentos e empregos está na concentração em maior número para o último no quadrante sudoeste. Considerando que as maiores concentrações de mulheres negras estão em alguns distritos do centro e nas periferias noroeste, leste e sul, a localização dos domicílios das trabalhadoras formais negras em distritos periféricos prova que estas são as mais afetadas em relação ao maior tempo de deslocamento casa-trabalho.

A Figura 6 mostra a localização dos domicílios das mulheres trabalhadoras formais, extraídas segundo sua escolaridade e separada aqui por raça, da Rais Vínculos 2017. Os dados foram agregados por distritos porque essa é a única informação de localização disponível para esta fonte.

Conjunto de mapas J: trabalhadoras formais pretas e pardas, segundo grau de escolaridade.



Conjunto de Mapas K: trabalhadoras formais brancas, segundo grau de escolaridade

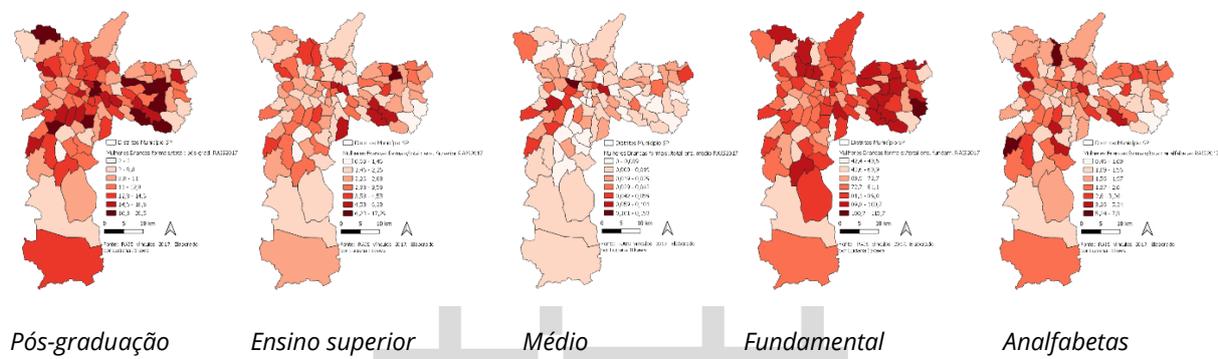
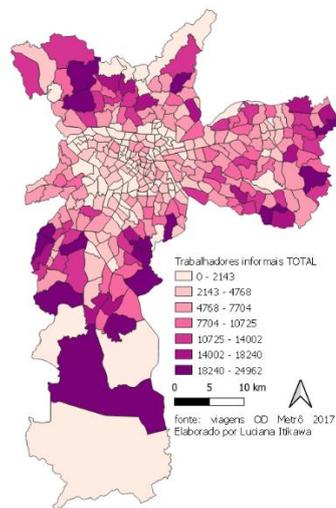


Figura 6: Mapas com indicadores de trabalho formal. Conjunto de Mapas J: Trabalhadoras Formais pretas e pardas segundo escolaridade. Conjunto de Mapas K: trabalhadoras formais brancas segundo escolaridade. Fonte: RAIS Vínculos 2017 MTE.

O conjunto de mapas na Figura 6 mostra, da esquerda para a direita, o grau de escolaridade das pessoas com pós-graduação até as analfabetas. O conjunto de Mapas J mostra a localização dos domicílios das trabalhadoras formais pretas e pardas. O conjunto de Mapas K mostra a localização dos domicílios das trabalhadoras formais brancas. É possível notar que as trabalhadoras formais pretas e pardas que possuem grau de escolaridade com pós-graduação e ensino superior convivem ou são vizinhas de alguns dos mesmos distritos que os domicílios de brancas. Isso pode estar relacionado ao fato de que emprego formal e escolaridade são fatores de inclusão social por possibilitarem arcar com os custos da terra mais altos nos distritos de maior renda.

A Figura 7 mostra a localização dos domicílios dos trabalhadores informais da pesquisa OD/Metrô 2017, segundo os perímetros das zonas OD. Com os microdados foi possível fazer os recortes de trabalho informal e gênero. Infelizmente, a OD/Metrô não possui recorte de raça.

Mapa L



Mapa M

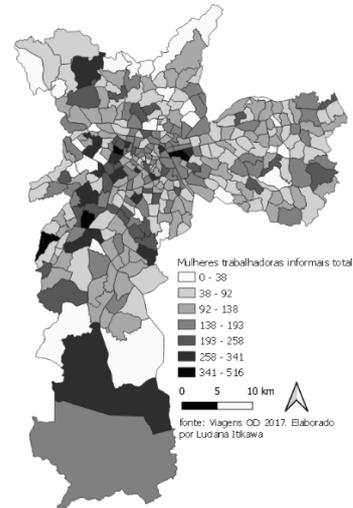


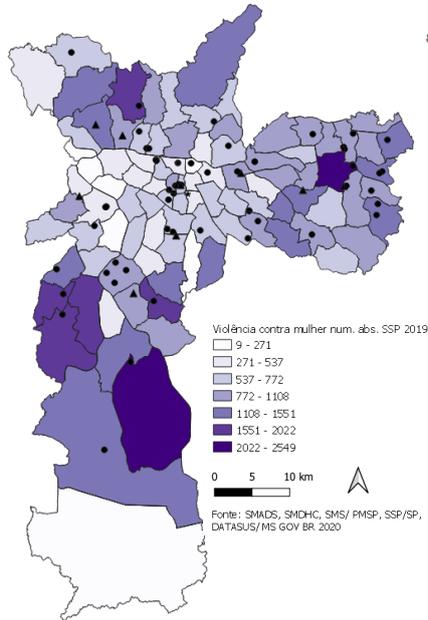
Figura 7: Mapas com indicadores de trabalho informal. Mapa L: Trabalhadores informais total; Mapa M: Trabalhadoras informais mulheres. Fonte: Pesquisa OD 2017 Metrô.

O trabalho informal é um dos indicadores explícitos da desigualdade de gênero no território, na medida em que evidencia padrões diferentes territoriais entre homens e mulheres. O Mapa L é a somatória de domicílios de trabalhadores informais homens e mulheres, o Mapa M mostra apenas os das mulheres. A diferença entre os padrões entre os mapas significa que a informalidade atinge também as mulheres que ocupam as porções do território com renda mais alta. A informalidade não seria exclusividade, portanto, no caso do recorte de gênero, das classes de renda baixa.

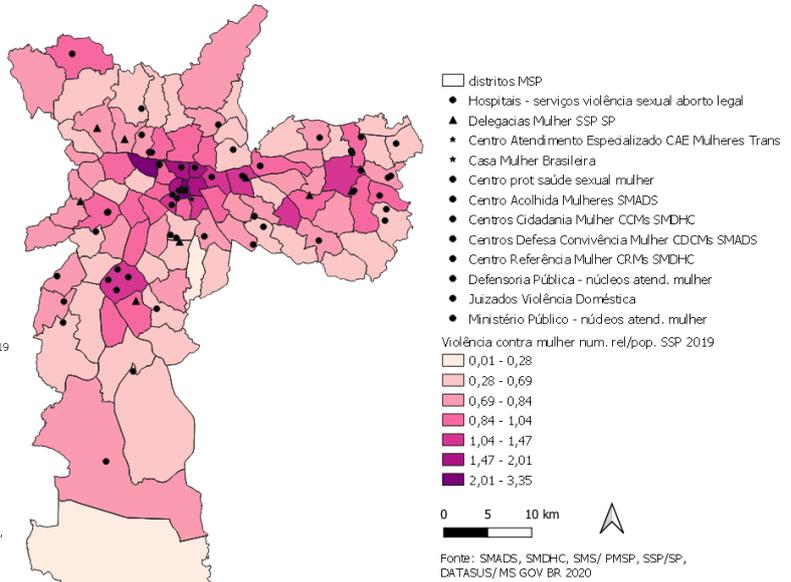
A Figura 8 mostra um conjunto de mapas com a espacialização das ocorrências registradas de violência contra a mulher nas delegacias da SSP-SP nos anos de 2019 e 2020 (janeiro a abril) em números absolutos e relativos (números violências/total da população). Foram espacializados também os equipamentos de proteção à mulher dos governos municipais (centros de acolhida, referência, cidadania e convivência da mulher) e estaduais (núcleos da Defensoria e Ministério Público, juizados estaduais).

Mapas N, 2019

números absolutos

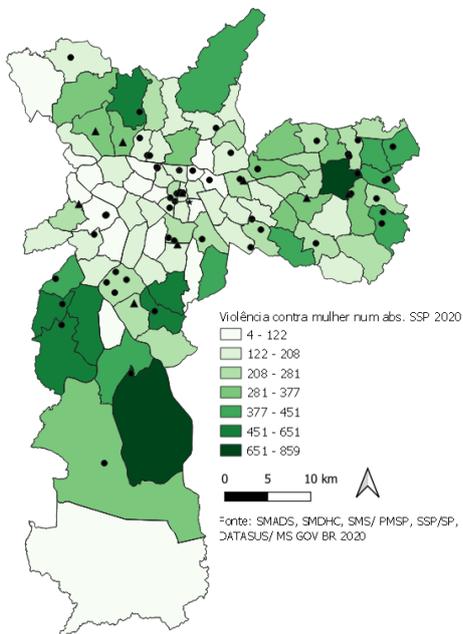


números relativos



Mapas O: 2020

números absolutos



números relativos

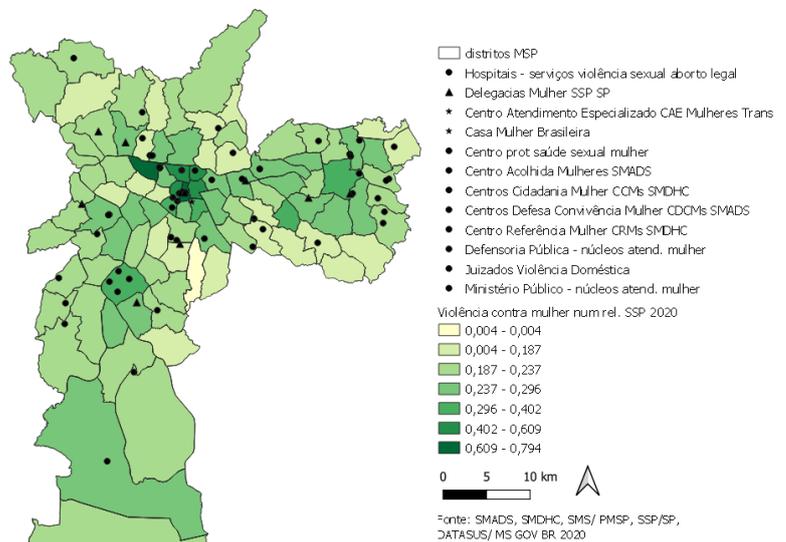


Figura 8: Mapas com indicadores de violência contra a mulher- conjunto de Mapas N: cinco violências contra a mulher em 2019, Mapas O: cinco violências contra a mulher em 2020 (janeiro a abril). Fonte: SSP-SP.

Ao confrontar os mapas de violência contra a mulher em seus números absolutos (total de ocorrências) com os relativos (ocorrências/população), é possível perceber que, em números absolutos, de fato, alguns distritos da periferia chocam pelos altos índices. Por outro lado, quando olhamos os números relativos, é possível perceber a concentração de casos em alguns distritos do centro expandido, incluindo Sé, Bom Retiro, Pari, Brás, Barra Funda etc. Em torno de 60% das violências são praticadas nos domicílios, seguidos dos espaços públicos e estabelecimentos de uso coletivo nos dois anos. A concentração no centro expandido se deve ao fato de que nesses locais, além da existência de domicílios, há notória oferta de comércio/ serviços, escritórios e grande circulação de pessoas nos espaços públicos. Percebe-se a ausência de equipamentos de proteção à mulher em alguns distritos com altos números relativos, como o distrito Aricanduva.

A Figura 9 mostra o Mapa P com a espacialização da densidade dos domicílios da população preta e parda por setores censitários, com gráficos das violências registradas de injúria racial e o crime de racismo nas delegacias da SSP-SP por distrito para os anos de 2017 a 2019.

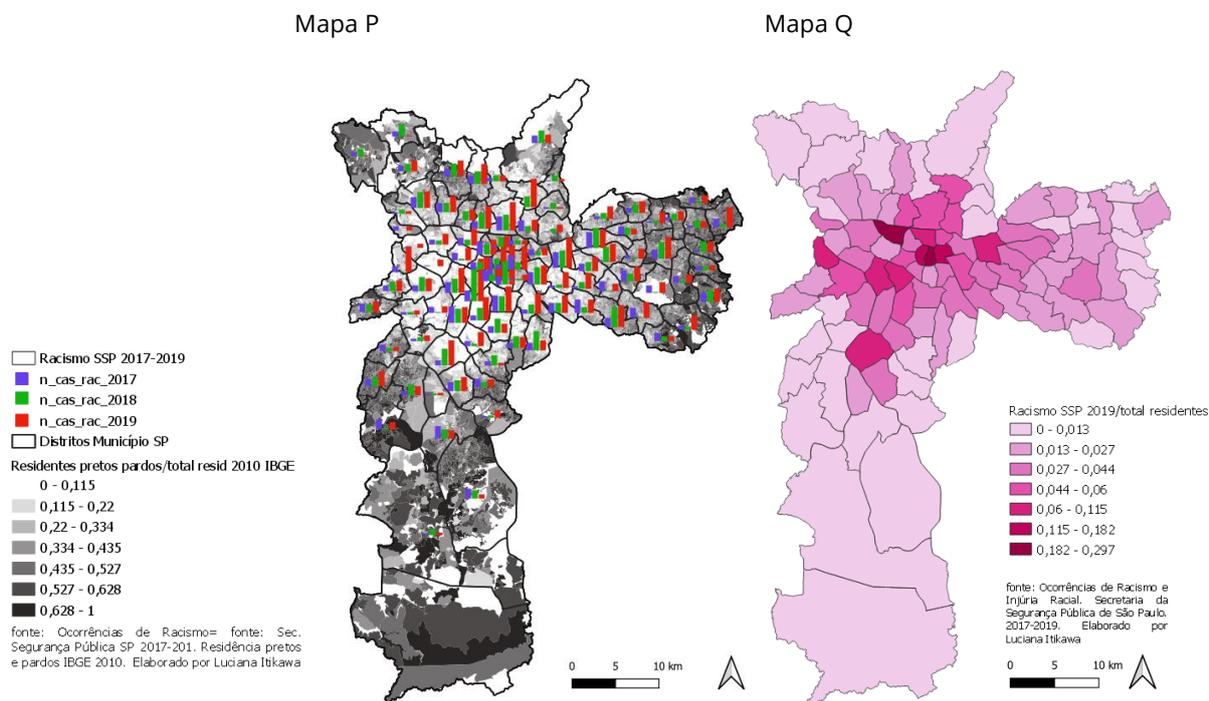


Figura 9: Mapas com indicadores de racismo. Mapa P: densidade de pretos e pardos por setores censitários e racismo/injúria racial de 2017 a 2019. Mapa Q: números relativos racismo/injúria racial pela quantidade da população por distrito 2019. Fonte: Censo Universo IBGE 2010 e SSP-SP.

No Mapa P, estão as ocorrências em números absolutos por distrito: em 2017, eram 1.271 violências; em 2018, 1.536; em 2019, 2.320. Ou seja, nesse período quase dobrou. Temos neste mapa pelo menos quatro situações: área central, com densidade de pretos e pardos com muitos casos de racismo; quadrante sudoeste, com maioria de brancos, alguns com poucos casos de racismo (Vila Leopoldina), outros com muitos casos (Jardim Paulista); periferias, com poucos. O Mapa Q mostra as ocorrências em números relativos. A concentração no centro expandido pode estar relacionada ao racismo estrutural nos distritos com alta oferta de empregos, comércio, serviços etc.

A Figura 10 mostra o Mapa R com os números relativos de casos de SRAG; e o Mapa S, com os números relativos de óbitos por Covid-19, com dados até junho de 2020.

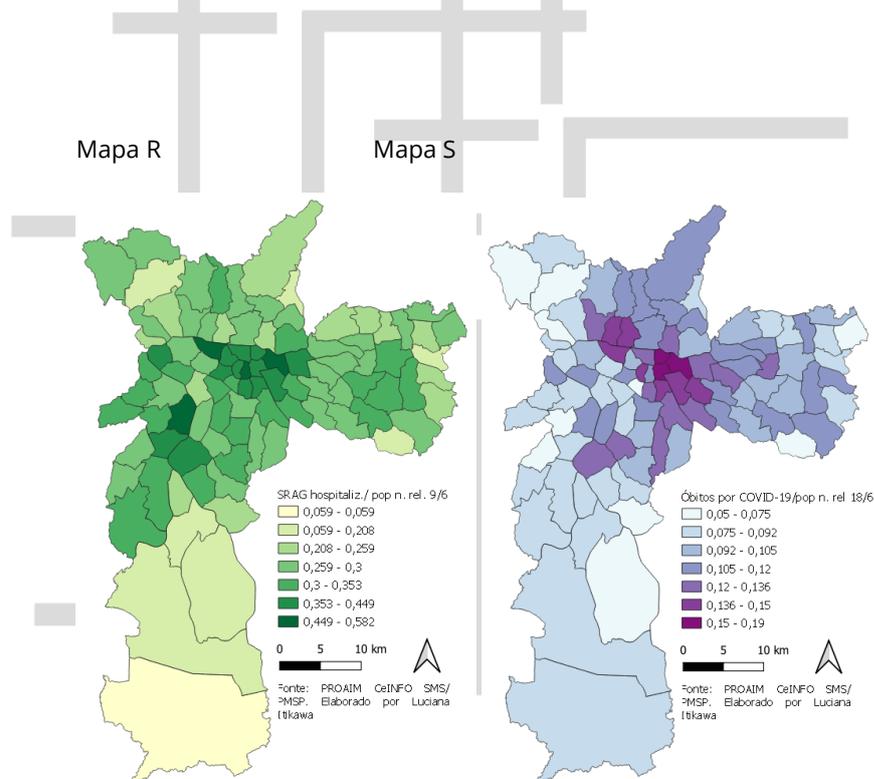


Figura 10: Mapas com indicadores de saúde. Mapa R: Casos de SRAG. Mapa S: Óbitos por Covid-19. Acumulado até junho 2020. Fonte: CEInfo SMS-PMSP.

Os Mapas R e S, que mostram os números relativos de casos e óbitos por Covid-19, coincidem com a existência de domicílios em assentamentos precários e adensados e de larga oferta de estabelecimentos de uso coletivo, conforme vimos nos mapas anteriores.

Os distritos que chamaram a atenção pela recorrência simultaneamente, ao sobrepormos os indicadores de vulnerabilidade social, precariedade habitacional, tempo de deslocamento casa-trabalho, trabalho informal,

violência contra a mulher, racismo, casos e óbitos por Covid-19 em números absolutos, são: Brasilândia, Aricanduva, Sapopemba, Sacomã e Itaquera. Em números relativos, destacam-se os distritos: Sé, República, Pari, Brás, Belém, Aricanduva e Barra Funda.

### **Considerações finais**

Com alguns poucos conjuntos de indicadores temáticos – socioeconômicos, urbanos, de trabalho, violências e saúde –, foi possível notar que as vulnerabilidades, precariedades e opressões recaem de formas diferentes sobre as mulheres no território. São diferentes porque exclusões, violências ou subordinações são vividas na medida da combinação das suas identidades de raça, classe e, sobretudo, localização no espaço urbano. Mulheres que vivem em algumas porções da área central e em alguns distritos da periferia identificados acima viveriam ainda uma sobreposição de uma ou mais vulnerabilidades ou precariedades, até todas as listadas anteriormente. Os conjuntos de mapas também chamam a atenção sobre o acúmulo de vulnerabilidades e precariedades sobre os territórios com densidade de mulheres pretas e pardas. Entretanto, quando estas possuem alta escolaridade, compartilhariam condições socioeconômicas, urbanas e de violência semelhantes às das brancas.

Outros indicadores relevantes seriam necessários para somar a leitura destes expostos, como as violências homofóbica/transfóbica, religião e nacionalidade. Seria ainda interessante que a combinação desses fatores não fosse apenas identificada como sobreposição temática, com correlação espacial, mas que fossem calculados índices com intensidades maiores ou menores de predisposição ou acúmulo de desigualdades de gênero.

Do ponto de vista científico, geoprocessamento como ferramenta de análise pode contribuir para escancarar as minúcias das desigualdades socioespaciais, sobretudo o ODS5, que são apresentadas muitas vezes como médias genéricas em territórios amplos, complexos e heterogêneos. Para além da compreensão geral das desigualdades de gênero na escala do município, dados com maior grau de detalhamento, a partir de parâmetros geográficos em escala compatível às instâncias locais, podem ser subsídio para políticas públicas focalizadas e mais precisas. A apropriação democrática de dados abertos pode contribuir também na quebra de paradigma da administração pública pautada no clientelismo, no qual ações seletivas existem como moeda de troca por voto. Mapas como esses permitiriam protagonismo das lideranças locais não só na reivindicação por direitos a todas as mulheres do município como autonomia na proposição de políticas públicas locais.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *Para educar crianças feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. (org.). *São Paulo: transformações da ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- CAMARGO, C.P.F. *et al. São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESQUIVEL, V. Power and the Sustainable Development Goals: a feminist analysis. *Gender & Development*, v. 24, n. 1, p. 9-23, 2016. DOI: 10.1080/13552074.2016.1147872.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRANCO, M.; FRANCISCO, M.; TAVARES, R. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade. Os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: IBDU. *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.
- GONZALEZ, L. O Golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- JESUS, C.M. *Quarto de Despejo*. São Paulo: Ática, 1958.
- HOOKS, B. *Não sou eu uma mulher*. Mulher negra e feminismo. São Paulo: Plataforma Gueto, 2014.
- MARQUES, E. A Metrópole de São Paulo no início do século XXI. *Revista USP*, jul. 2014.
- NERY, M. B.; SOUZA, A. A. L.; ADORNO, S. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, set./out. 2019.
- OXFAM. *Tempo de cuidar*. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global de desigualdade. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forumeconomico-de-davos/tempo-de-cuidar>. Acesso em: 22 set. 2020.
- PASTERNAK, S. Cidades dos anéis. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, n. 28, p.1-62, 2002.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, H. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec, 1981.

STRUCKMANN, C. *A postcolonial feminist critique of the 2030 Agenda for Sustainable Development: a South African application*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Stellenbosch University, Stellenbosch, 2017.